



ACM, com Gallerani, em 1997: ontem senador disse que "desconfiava" da vida que auxiliar levava

Acusado, ex-assessor de ACM é demitido

Representante do governo da Bahia foi alvo de denúncia de enriquecimento ilícito

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – O representante do governo da Bahia na capital federal, Rubens Gallerani, foi demitido ontem, após a publicação de reportagem contendo denúncias de enriquecimento ilícito e tráfico de influência publicada ontem pelo *Correio Braziliense*. Segundo o jornal, Gallerani acumulou, como funcionário público e salário equivalente a R\$ 2,9 mil, um patrimônio invejável, avaliado em R\$ 3 milhões. O enriquecimento teria ocorrido principalmente entre 1985 e 1990, quando ele era assessor especial do então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. A Polícia Federal e a Receita devem investigar o caso, a pedido do Ministério Público Federal.

ACM, hoje na presidência do Senado, reconheceu ter cultivado uma amizade com o ex-assessor, mas reagiu às denúncias. Ele disse considerar realmente suspeito o acúmulo de riqueza pelo ex-funcionário. O senador disse que "desconfiava" da vida que Gallerani vinha levando. "Eu o questionei várias vezes sobre isso, mas não obtinha respostas." Gallerani esteve ontem na casa do senador para negar as denúncias, mas ACM, furioso, não quis ouvi-lo. "Ele foi dizer que era tudo mentira."

Documentos obtidos pelo *Correio Braziliense* comprovam remessas num total de US\$ 251 mil para o paraíso fiscal de Cayman em agosto de 1989.

Em 1991, Gallerani tomou posse pela segunda vez como representante do governo da Bahia em Brasília, quando ACM assumiu seu terceiro mandato como governador do Estado. Noutro documento, um memorando em papel timbrado do governo baiano e atribuído a Gallerani, há a solicitação para uma transferência de R\$ 220 mil, em valores atualizados, do Unibanco para um banco do Paraguai.

Gallerani também é acusado de tráfico de influência depois de ter deixado o Ministério das Comunicações. Em contrato de 1994, uma empresa de máquinas e equipamentos compromete-se a pagar US\$ 500 mil ao representante da Bahia, caso fosse vencedora numa licitação dos Correios.

ACM negou que seu ex-assessor tenha também influenciado para que a empresa Aceco fosse contratada para serviços de modernização na biblioteca e no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Os dois contratos somam R\$ 6,2 milhões. Para o trabalho na biblioteca, segundo dados do Senado, foi realizada

concorrência pública. Em relação ao Prodasen, a diretora-executiva do Centro, Regina Célia Peres Borges, informou que o serviço da Aceco foi contratado sem licitação por ser "detentora de exclusividade na comercialização dos produtos indicados". O serviço custou R\$ 4,5 milhões.

Foram realizadas mudanças nas instalações de segurança para a "integridade dos dados e equipamentos do Prodasen." Os documentos e denúncias fazem parte de um processo de separação litigiosa de Gallerani e sua ex-mulher, em tramitação no Tribunal

de Justiça do Distrito Federal. Entre os bens relacionados, há uma mansão no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, e outra, de 500 metros quadrados, em Boca Raton, na Flórida.

Além, de duas lanchas de 27 pés, um Omega, uma Blazer e uma Mercedes (todas do ano 1999), terrenos e apartamentos em flats.

ACM informou que a Procuradoria do governo da Bahia abriu um inquérito para apurar as denúncias. O Ministério Público Federal, em Brasília, também anunciou ontem que pedirá que a Polícia Federal instaure um inquérito e determinará que seja feita uma auditoria pela Receita Federal com base nas declarações de renda de Gallerani. (Colaborou Edson Luiz)

FURIOSO,
SENADOR
NÃO QUIS
RECEBÊ-LO